

CartaCapital

Economia

A economia, de mal a pior

por Carlos Drummond — publicado 09/05/2015

O novo aumento da taxa de juros acentua a crise provocada pela estagnação e pelo ajuste fiscal

Marcelo Camargo/ABR



Levy vê uma situação estável, mas não se sabe para onde olha

Quatro meses depois do início do ajuste fiscal, o Banco Central aumentou os juros em meio ponto porcentual, para 13,25%, no fim de abril. A quinta elevação consecutiva aproxima a taxa do patamar de seis anos atrás, quando chegou a 13,75%. A decisão acentuou o efeito de diversas medidas de redução do crédito e do investimento públicos, ignorou o aumento do desemprego e a queda de renda real e indicou um ano de grave recessão. O ministro da Fazenda, Joaquim Levy, vê, entretanto, uma “estabilização das expectativas” e a presidenta Dilma reafirma a “necessidade de ajustes e a determinação do governo em implementá-los”. As medidas do governo aumentam a fragilidade da estrutura produtiva, avaliam alguns empresários e economistas. Há um esboço de agenda positiva, a exemplo do esforço para retomar os investimentos em infraestrutura, mas parece imperar a incoerência, quando não a inconsistência de várias medidas.

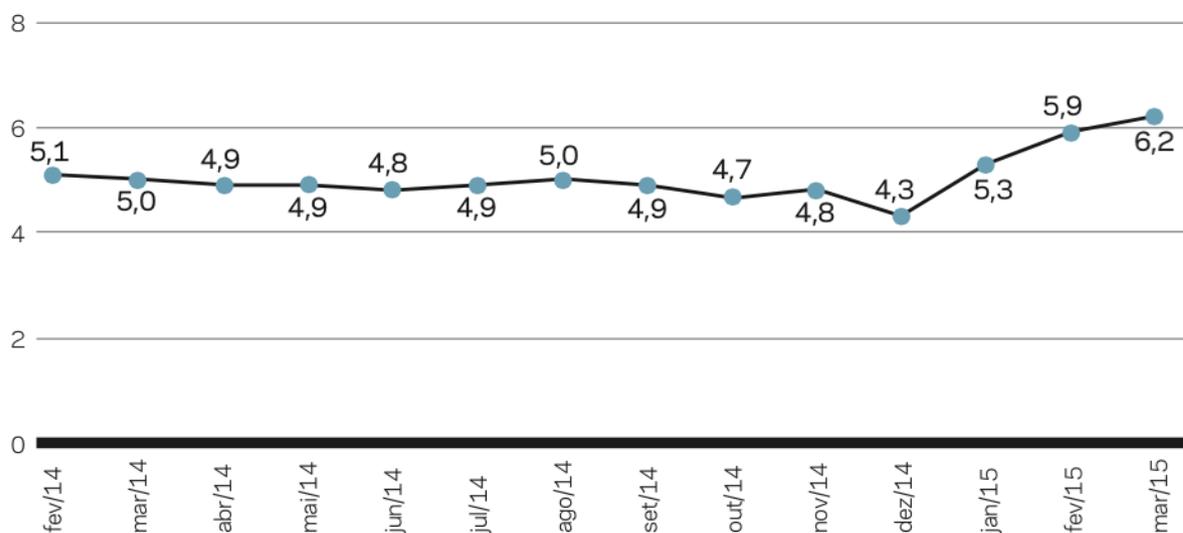
Entre 25 países relevantes, o Banco Central do Brasil é o único a aumentar os juros. Os demais mantêm ou reduziram as taxas para favorecer a recuperação econômica, aponta o economista Antônio Correa de Lacerda, professor da PUC de São Paulo. “Com a economia internacional adversa, um ajuste fiscal que corta gastos, limita o orçamento para investimentos e restringe a atuação dos bancos públicos, é um grande contrassenso o Banco Central subir a taxa de juros. O efeito sobre o emprego, o nível de atividade e a renda é avassalador.” Lacerda prevê para este ano uma queda do PIB em torno de 2%, desemprego entre 7% e 8%, redução da renda real de 5% a 6% e aumento do custo de financiamento da dívida pública, de 311 bilhões no ano passado para 370 bilhões de reais. Um custo excessivo para o País, avalia o economista.

O desemprego subiu de 5,9% para 6,2% entre fevereiro e março, na terceira elevação mensal consecutiva, divulgou o IBGE na terça-feira 28. Diante do mesmo mês do ano anterior, a taxa é 1,2 ponto porcentual superior. O rendimento médio real dos trabalhadores caiu em março, para 2.134,60 reais, em um recuo de 2,8% em relação ao mês anterior e de 3% diante do valor registrado em março de 2014.

A política do BC provoca polêmica também em relação ao câmbio. A desvalorização do real, embora insuficiente, era a única fonte de oxigenação de várias empresas até março, mas a autoridade monetária inverteu essa orientação. “O BC está interessado na entrada de capitais para fechar o balanço de pagamentos. Se isso valorizar o câmbio e a indústria for para o brejo, será, para ele, só um dano colateral. É como eu interpreto a situação. A coisa está feia”, avalia Mario Bernardini, diretor da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos, a Abimaq.

DESEMPREGO EM ASCENSÃO

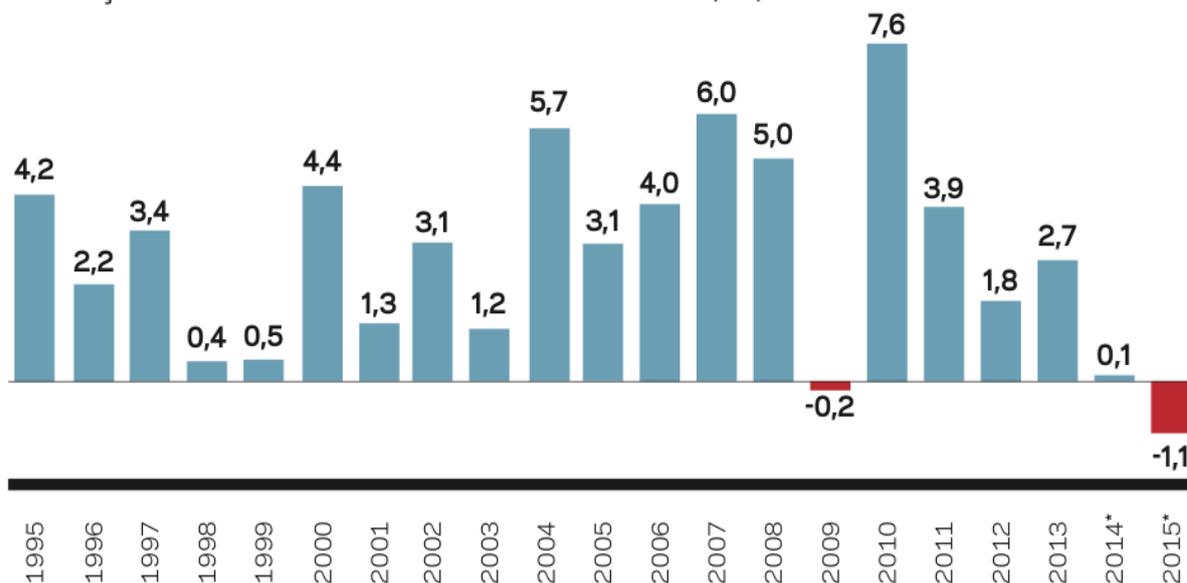
É a terceira alta mensal consecutiva do índice



Fonte: Pesquisa Mensal do Emprego do IBGE

O PIB EM TRAJETÓRIA DESCENDENTE

Variação anual do Produto Interno Bruto (%)



* Projeção do relatório Focus do BC, 24 de abril. Fonte: IBGE

A mudança de postura, explicou o BC, decorre da não renovação, neste mês, dos leilões de swap cambial e de venda de dólares com compromisso de recompra, implantados em agosto de 2013. O programa, diz a autoridade monetária, proporcionou no período um “volume relevante de proteção cambial aos agentes econômicos”. Questionado sobre a insuficiência da explicação diante da persistência dos motivos determinantes da

necessidade dessa proteção, entre eles a debilidade da indústria e das exportações, o Banco Central não respondeu até o fechamento desta edição. “Será um grande equívoco se o governo perder a oportunidade de manter a taxa de câmbio mais competitiva, fundamental para o crescimento econômico de longo prazo”, alerta o economista Luiz Fernando de Paula, professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

“Vai ser um ano ruim, isso é líquido e certo. Mas não é um ano ruim isoladamente. Nós estamos perdendo faturamento há três anos no setor de bens de capital. Deveremos fechar este ano 30% menores em comparação a 2011, o que dá uma ideia do estrago nos investimentos no País”, diz Bernardini. O setor é um importante sinalizador do investimento total da economia, por produzir máquinas e equipamentos para o conjunto da indústria. Todos os setores manufatureiros estão em processo de perda de faturamento. A indústria como um todo terá, em 2015, uma participação marginal no PIB, abaixo de 10%, prevê o empresário. Hoje, o setor responde por 13% do Produto Interno Bruto.

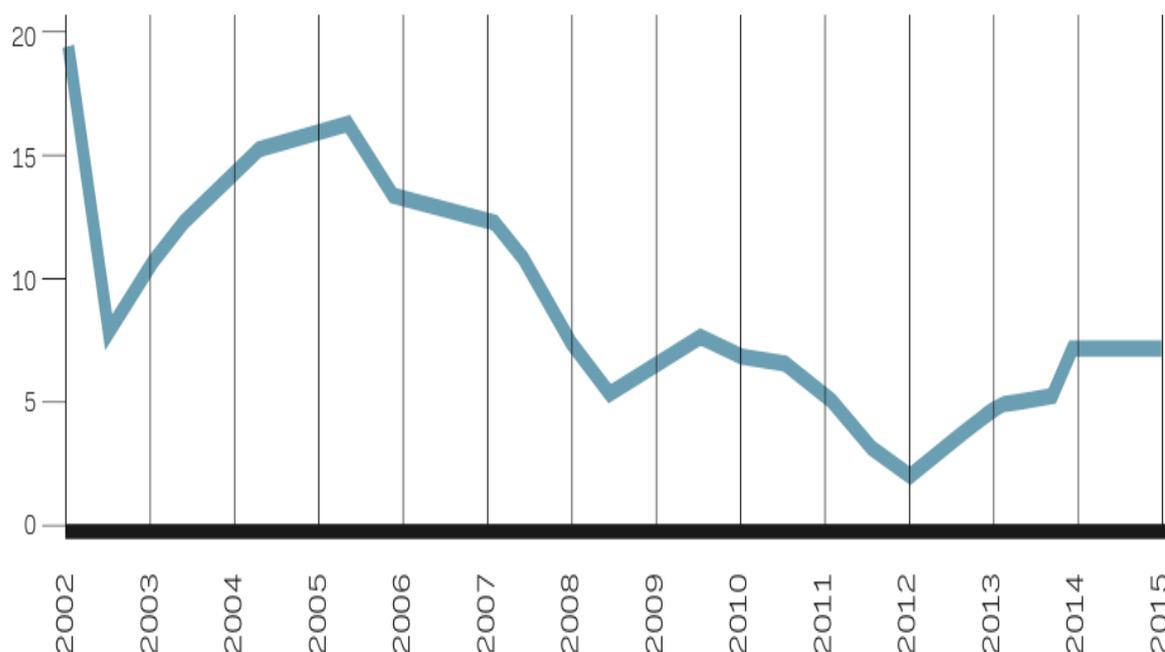
“O problema principal é a dificuldade de acesso ao crédito. É preciso parar com os aumentos de juros, eles já são os maiores do mundo”, alerta José Ricardo Roriz Coelho, diretor da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. Se a economia continuar travada, as empresas não terão dinheiro para capital de giro, não pagarão os fornecedores e esses farão o mesmo com os seus parceiros. Haverá atraso ou não pagamento de impostos e salários, em uma situação de deterioração acelerada, com proliferação em todas as cadeias produtivas, prevê Roriz. Ao aumentar os juros e dificultar o crédito, o governo “dá um sinal muito ruim, de que as coisas vão piorar ainda mais. Ele tira totalmente a capacidade de reação da economia”.

A atitude contraproducente do governo tem origem política, avalia Luiz Fernando de Paula. Devido às dificuldades de aprovação das medidas fiscais no Congresso, as taxas de juros de longo prazo, aquelas que interessam para as decisões de produção, não baixam, por embutirem o risco de o governo não cumprir o que prometeu. Em consequência disso, o BC tem de elevar os juros para mostrar o comprometimento governamental em reduzir a inflação a médio prazo e ancorar as expectativas do sistema financeiro e das empresas em relação a essa variável, analisa o economista. O problema é que parte da aceleração inflacionária deste ano decorre de fatores do lado da oferta, como os reajustes em energia elétrica e gasolina, e efeitos da desvalorização cambial sobre produtos importados, entre outros motivos, e não de fatores do lado da demanda, bastante enfraquecida.

Outra medida contraditória é a redução do teto de financiamento de imóveis usados pela Caixa Econômica Federal, de 70% para 50%, para estimular a aquisição de unidades novas, anunciada na última semana de abril. “A venda de imóveis novos caiu 40%, a construção civil passa por um problema muito grande. Não adianta restringir ainda mais o crédito, porque um número muito menor de pessoas se dispõe a comprar imóveis em uma situação como esta”, analisa Roriz. A diminuição do financiamento público de usados permite supor que o setor financeiro privado deveria ocupar esse lugar, mas sobem a taxa de juros. “É uma inocência total, não dá para entender algumas das decisões tomadas”, diz Lacerda.

A ESCALADA DAS TAXAS

Os juros reais continuam a alta retomada em 2012



Fonte: Vinte anos da economia brasileira 1995-2014, de Gerson Gomes e Carlos Antônio Silva da Cruz

O setor financeiro, com recordes de lucros em 2014, será afetado na área de crédito pelo aumento do desemprego e das dificuldades das empresas, mas contará com os juros mais altos e a remuneração dos títulos da dívida pública para continuar no azul. Cada ponto porcentual de aumento dos juros eleva a dívida em 20 bilhões de reais, aponta Roriz. Entre os beneficiários dos juros incluem-se os setores rentistas detentores de médios e grandes patrimônios. Esse segmento vai bem. No conturbado início de 2015, brasileiros compraram 25% das unidades do complexo bilionário Paramount Miami Worldcenter, nas duas semanas seguintes ao lançamento. Nos últimos anos, aumentou a procura tradicional de imóveis em Miami por compradores do Brasil, diz Peggy Fucci, CEO da OneWorld Properties, responsável pelas vendas do Paramount.

O hiato habitual entre a variação dos juros e o seu efeito no nível de atividade permite prever que o País sentirá o impacto adicional da última elevação das taxas dentro de seis a oito meses, “quando a economia estará em um mergulho recessivo perigosíssimo”, alerta Lacerda.

**Reportagem publicada originalmente na edição 848 de Carta Capital, com o título "De mal a pior"*